

O processo de escolarização de crianças deficientes visuais na instituição de ensino CEEDV e seu encaminhamento para o ensino regular

Ana Giulia de Sousa de Santana¹
Jeicianne Ruas de Oliveira²

A educação é um direito da pessoa com deficiência e é dever do Estado, da família, da comunidade escolar e da sociedade garanti-la, oferecendo todos os recursos possíveis para tal. A aprovação da Lei Brasileira de Inclusão em 2015 trouxe avanços importantes acerca do acesso à educação, como o princípio de que as metodologias, espaços e materiais devem ser inclusivos, ou seja, atender a todos alunos de forma igualitária, além de proibir a cobrança de valores adicionais pela implementação de recursos de acessibilidade nas escolas.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, a busca pela inclusão abrange aspectos políticos, culturais, sociais e pedagógicos, defendendo a educação de qualidade para todos. A educação inclusiva defende a indissociabilidade entre os valores de igualdade e diferença e a importância de se pesquisar o contexto histórico em que se produz a exclusão, dentro e fora do ambiente escolar.

A educação inclusiva tem papel central na superação da lógica de exclusão nas escolas, ao reconhecer as dificuldades dos sistemas de ensino e buscar a criação de possíveis soluções para confrontar práticas discriminatórias. Para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas, se faz necessária a reestruturação de instituições e a reeducação da sociedade, tanto em um aspecto cultural quanto na estrutura burocrática de escolas.

O Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais (CEEDV) é uma instituição especializada no atendimento ao estudante cego, surdocego e com baixa visão. O trabalho do CEEDV norteia-se pelo mesmo currículo do ensino regular, mas com as devidas adaptações para a educação desses estudantes, tendo como objetivo prepará-los para o processo de inclusão na rede regular de ensino ou para a inserção

¹ Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília/UniCeub. Pesquisa realizada na disciplina Estágio Básico II em 2023 sob orientação da Profa. Ingrid Lilian Fuhr

² Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário de Brasília/UniCeub. Pesquisa realizada na disciplina Estágio Básico II em 2023 sob orientação da Profa. Ingrid Lilian Fuhr

no mercado do trabalho.

Diante do exposto, indaga-se de que forma ocorre o processo de escolarização da criança que sai do CEEDV, tendo em vista seu encaminhamento para o ensino regular? Além disso, como as escolas regulares as recebem? Possuem algum preparo técnico pedagógico para receber as crianças com deficiência visual?

O presente artigo tem por objetivo analisar o processo de escolarização de crianças com deficiência visual no CEEDV e seu encaminhamento e adaptação ao ensino regular, bem como investigar de que forma as escolas de ensino regular as recebem e se há preparo técnico-pedagógico para tal.

Fundamentação teórica

Fuhr (2023), buscou refletir com base nos estudos de Vigotski, sobre o processo de escolarização de criança deficiente visual, com o trabalho realizado pelo Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais do Distrito Federal/CEEDV. O Centro atende crianças cegas e com baixa visão desde a educação precoce até a inserção na escola regular. A autora verificou que as crianças atendidas no CEEDV são encaminhadas para o ensino regular após serem alfabetizadas, considerando que muitas escolas carecem de materiais e de especializados para atender a criança com deficiência visual.

Além disso, Fuhr (2023), defende a importância do desenvolvimento da autonomia da criança cega, de modo que ela possa frequentar diferentes espaços sociais, de conviver com pessoas videntes e de ter acesso ao conhecimento e à cultura como qualquer outro indivíduo. O CEEDV é uma instituição que busca oferecer condições para o desenvolvimento do indivíduo desde os primeiros anos de vida, auxiliando as crianças cegas a desenvolver autonomia para realizarem suas atividades cotidianas.

O Projeto Político Pedagógico do Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais/CEEDV é atualizado todos os anos, visa apresentar a proposta de trabalho da instituição, com os devidos direcionamentos aos docentes para o ano e nortear todas as ações dos diversos segmentos escolares. A estrutura física da escola é organizada em serviços oferecidos à comunidade com deficiência visual. Para cada programa dentro do CEEDV há um ambiente, materiais e professores especializados.

Em se tratando da trajetória escolar de alunos deficientes visuais, pode-se evidenciar o estudo feito por Vilaronga e Caiado (2013), os quais analisaram as

trajetórias e expectativas de vida escolar de quatro pessoas com deficiência visual. Foi levado em conta a trajetória escolar desde a educação infantil até o final do ensino fundamental discutidas as consequências das mudanças políticas da educação especial na história de vida escolar desses alunos. Entrevistas feitas no estudo de Vilaronga e Caiado (2013), constatou-se que os participantes tinham algumas lembranças de boa convivência com colegas e professores. Porém, também foram citados momentos em que os alunos cegos se sentiram incompreendidos e invisíveis na sala de aula e perceberam a falta de preparo dos profissionais, de recursos das escolas no ensino de conteúdos escolares para deficientes visuais.

O meio em que a criança está inserida é um fator crucial no seu processo de escolarização e socialização. Um estudo conduzido por França-Freitas e Gil (2012) constatou que o incentivo à interação de crianças cegas com colegas e professores interfere de forma significativa em sua vida, possibilitando o desenvolvimento de habilidades sociais, bem como em seu rendimento escolar, fazendo com que a criança com deficiência visual se envolva nas atividades escolares. O que é um grande desafio para os alunos com deficiência visual.

Mazzarino, Falkenbach e Rissi (2011) afirmaram que o tema acessibilidade não é muito tratado nas aulas de Educação Física, pois as práticas sempre foram mais voltadas para o rendimento do que para a inclusão de todos. É necessário que a escola ofereça um bom acesso às atividades físicas, estimulando não só a prática de exercícios, mas também a autonomia, o sentimento de pertencimento e a interação social do aluno com deficiência visual.

O processo de inclusão dos alunos com deficiência visual no ensino regular requer que a escola tenha sala de recursos com materiais e equipamentos específicos, além de um professor integrador especializado na educação desses escolares. Outrossim, é primordial a avaliação das crianças por uma equipe multidisciplinar para compreender as consequências psicológicas e educacionais da cegueira a fim de possibilitar melhorias em sua escolarização. (MONTILHA et al, 2009)

A educação especial não é responsabilidade apenas do professor, mas sim da comunidade de forma geral. Garcia e Braz (2019), afirmam que jamais haverá integração se a sociedade se sentir no direito de escolher quais deficientes poderão ser integrados. Agindo dessa forma, a sociedade estabelece um limite de possibilidades baseado no que ela entende como normal, permitindo a inserção de quem se iguala ou se aproxima desse ideal de normalidade.

Costa *et al.* (2021) explicam que á luz da perspectiva histórico-cultural, a criança com deficiência visual desenvolve-se de forma única dentro do meio social onde ela está inserida. O trabalho de Costa *et al.* enfatiza que a criança cega, conforme explicado por Vigotski, cria novas estratégias para o funcionamento do sistema psíquico.

Portanto, o presente texto visa contribuir com a reflexão sobre como se dá o processo de escolarização de crianças cegas. Porém, essas crianças ao serem encaminhados para a escola de ensino regular enfrentam dificuldades no contexto escolar, devido à falta de adaptação física, como também com a dinâmica da rotina escolar como avaliações, trabalhos em grupo, aulas envolvendo toda a classe, etc.

Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa foi realizado um estudo de caso, a fim de analisar o processo de escolarização das crianças com deficiência visual no CEEDV e seu encaminhamento para o ensino regular, bem como investigar se as escolas regulares possuem algum preparo técnico-pedagógico para receber crianças com deficiência visual.

Foi escolhida uma criança entre 7 e 10 anos com deficiência visual que havia passado pelo processo de encaminhamento e atualmente está em uma escola de ensino regular. A criança (que será chamada de A) tem 8 anos, está no 3º ano do Ensino Fundamental e deu entrada no CEEDV aos 4 meses de vida, pois possui cegueira congênita. No Centro, ela foi alfabetizada e encaminhada para o ensino regular aos 7 anos. Ela continua realizando atividades dentro do CEEDV alguns dias por semana, no contraturno.

Após a escolha do participante, a pesquisa passou por duas etapas. A primeira foi o estudo deste caso no CEEDV, investigando como foi o processo de escolarização e encaminhamento da criança. No segundo momento tratou-se de pesquisar como ocorreu o acolhimento do participante pela escola de ensino regular, tendo em vista os principais desafios, dificuldades de preparo técnico-pedagógico por parte dos profissionais e a adequação da estrutura escolar, além de analisar também, o processo de adaptação e inclusão do aluno.

Para obtenção de informações foram feitas observações no CEEDV e entrevistas semiestruturadas de forma presencial com profissionais do Centro que acompanharam a criança de forma remota com os atuais professores da escola de

ensino regular que ela frequenta.

A entrevistada 1 especializou-se em docência do ensino superior, psicopedagogia, educação especial e inclusiva, gestão escolar e orientação educacional. Trabalha há 16 anos na área da educação e há 4 anos no CEEDV. A entrevistada 2 é pedagoga, trabalhou 3 anos como professora no CEEDV, é orientadora há um ano. A entrevistada 3 é pedagoga de séries iniciais há 14 anos e trabalha no CEEDV há 4 anos. A entrevistada 4, é professora de educação física pela UnB desde 1990, trabalha no CEEDV desde 2003 e com ensino especial desde 1988. A entrevistada 5 é professora da sala de recursos do centro de ensino, onde a aluna estuda atualmente, graduada em Pedagogia há 22 anos e trabalha há um ano na escola. A entrevistada 6 é professora, também, do centro de ensino, onde a aluna estuda atualmente, graduada em Pedagogia há 10 anos e trabalha há um ano na escola.

A escolha da entrevista semiestruturada se justifica com base em um critério qualitativo, visando uma maior aproximação entre o entrevistador e as pessoas entrevistadas, com o intuito de recolher respostas mais completas para auxiliar nos objetivos desta pesquisa. As observações contribuem para o conhecimento da estrutura e funcionamento do Centro de Ensino Especial para Deficientes Visuais/CEEDV.

Resultados e discussão

A seguinte análise foi dividida em dois momentos. No primeiro momento, será relatado o que foi observado acerca da estrutura e funcionamento do CEEDV. No segundo momento, serão abordadas as 4 categorias, identificadas nos relatos das entrevistadas. As categorias A, B e C visam analisar os programas oferecidos pelo CEEDV, em que a participante da pesquisa passou no decorrer de seu percurso no Centro. Por fim, a categoria D, abordará o processo de escolarização da participante em sua atual escola.

Estrutura e funcionamento do CEEDV

O Centro de Ensino Especial de Deficientes Visuais é uma escola voltada para o ensino de crianças com deficiência visual. É inteiramente equipado para tal, desde a infraestrutura do local até os professores especializados no ensino especial. Dentro da escola, há instalações específicas para a acessibilidade de pessoas com deficiência visual, como o piso tátil para o auxílio da locomoção com a bengala

e placas escritas em braille para indicar a sala que a pessoa deseja entrar.

Os professores possuem formação em áreas relacionadas e em cursos próprios para prepará-los para o ensino de deficientes visuais.

Durante o decorrer desta pesquisa, observou-se que a criança entrevistada possui uma rotina de atividades que visam complementar o que lhe é ensinado dentro de uma escola regular. Além de atividades como manuseio de triciclos e treinamento para o uso da bengala. Há também professoras que lecionam aulas de braille e Soroban de atividades lúdicas.

Categoria A -Programa de Educação Precoce

Em conformidade com o Projeto Político Pedagógico do CEEDV de 2022, o programa de Educação Precoce atende crianças de 0 a 4 anos com deficiência visual, surdocegueira e com outras deficiências associadas. Na Educação precoce utiliza-se recursos educacionais estimuladores a fim de promover potencialidades e a aquisição de habilidades e competências, aspectos físicos, cognitivos, psicoafetivos, sociais e culturais. Além disso, o Programa prioriza o processo de interação e comunicação mediante atividades significativas e lúdicas e papel dos pais como agentes de mudanças, dando-lhes apoio suporte significativamente nas atividades.

Segundo o que foi relatado nas entrevistas, a área de Educação Precoce recebe bebês de risco, não necessariamente com alguma deficiência, como por exemplo os prematuros extremos nascidos no quinto ou sexto mês de gestação, pois o período estendido que eles ficam na incubadora pode gerar uma retinopatia prematura.

“E tem casos, por exemplo, também teve toxoplasmose durante a gestação, então é um bebe que tem grandes chances de ter tido uma má formação da visão, então os bebês da precoce não necessariamente tm uma perda visual, e se tem, você já nasceu e já foi detectada essa perda no exame do olhinho, então é encaminhado urgente, né?” (Entrevistada 3, do CEEDV)

Todas as crianças precisam ter suas potencialidades desenvolvidas, preferencialmente de maneira precoce, com o intuito de favorecer a aprendizagem do aluno. Além disso, crianças com deficiência visual possuem necessidades específicas para aprender e precisam de apoio e de recursos educacionais

especializados, o que pode ser observado no Programa de Educação Precoce, pois as salas dispõem de escadas, tapetes, vários brinquedos pedagógicos, piscina, velotrol, entre outros materiais para dar suporte aos alunos.

Categoria B- Pré-mobilidade

Segundo o Projeto Político Pedagógico do CEEDV de 2022, as aulas de pré-mobilidade desenvolvem pré-requisitos psicomotores para fornecer melhores condições de aprendizagem no programa seguinte de Orientação e Mobilidade, com objetivo de proporcionar às crianças entre 7 e 14 anos conhecimento corporal, condições para o desenvolvimento da independência, da autonomia na locomoção e da autoconfiança.

Das entrevistas, tomou-se conhecimento que a participante estudada faz aulas de pré-mobilidade desde os sete anos de idade. As aulas são realizadas todas as segundas-feiras à tarde de forma complementar em sala de aula, ao ar livre e às vezes acontece na escola de ensino regular das crianças. A entrevistada 4, reafirmou a necessidade das aulas de Pré-mobilidade, porém nas escolas de ensino regular é a falta de atividades físicas que incluem o aluno visual:

“Então o que acontecia, essas crianças tinham um trabalho motor aqui, aí elas iam para a inclusão e usavam pouco o que trabalhavam aqui, ficavam mais sentadas, fazendo algum tipo de jogo, algo mais separado, a parte motora não é trabalhada, aí quando essas crianças voltam para fazer orientação e mobilidade, precisam se locomover, elas têm uma defasagem, então a mobilidade entrou para preencher essa lacuna.” (Entrevistada 4, do CEEDV)

A afirmação de Melo 2004, citado por Mazzarino, Falkenbach e Rissi (2011), de que as aulas de Educação Física precisam estimular as potencialidades dos alunos com deficiência visual, assim como alunos sem deficiência, discute-se a importância de a coordenação motora, lateralidade, equilíbrio, dentre outras não só no CEEDV, mas nas aulas de Educação Física .

Categoria C- Programa de Atendimento Pedagógico Especializado e encaminhamentopara o Ensino Regular

Conforme o Projeto Político Pedagógico do CEEDV de 2022, O PAPE

(Programa de Atendimento Pedagógico Especializado) visa ao desenvolvimento educacional, à socialização, alfabetização e à inclusão de crianças entre 4 e 10 anos com deficiência múltipla/DMU, deficiência visual/DV, Transtorno do Espectro Autista/TEA e surdocegas. PAPE foi estruturado em Classes, que atendem o estudante em suas especificidades pedagógicas, assim divididos: PAPE DV - 4 e 5 anos, PAPE DV - 6 a 10 anos, PAPE DMU - 4 e 5 anos, PAPE DMU - 6 a 10 anos, PAPE TEA - 4 e 5 anos, PAPE TEA - 6 a 10 anos.

Segundo o que foi relatado nas entrevistas, as crianças cegas são alfabetizadas no CEEDV assim como ocorre nas escolas de ensino regular, porém de forma adaptada, algumas são alfabetizadas no braille, outras em Tinta ou plano ampliado. Falando especificamente do Braille, os alunos passam pelo Pré-braille no PAPE, a percepção tátil, sonora e corporal para se prepararem para o Braille em si.

Após serem alfabetizados no CEEDV os alunos são encaminhados para a escola de ensino regular e geralmente entram no 2º ou 3º ano, processo que ocorre quando o aluno consegue ler e escrever bem, porém cada caso é singular, alguns são encaminhados mais , outros levam mais tempo. Após o encaminhamento, os alunos continuam os atendimentos no CEEDV de forma complementar no contraturno a depender da necessidade de cada um. Como pode ser observado no trecho da entrevista:

“Eles tendo essa independência de leitura e de escrita eles vão pro regular, lá geralmente tem sala de recursos que ajuda na adaptação do material e tem uma professora, dentro da secretaria tem um itinerante que ajuda o professor nessa parte de escrita, então lá eles levam a máquina deles, às vezes a professora consegue o livro didático em braille[...] (Entrevistada 2, do CEEDV)

Diante do exposto afirma-se que o PAPE cumpre com excelência seu objetivo previsto pelo Projeto Político Pedagógico do CEEDV (2022)“ proporcionar, às crianças com deficiência visual, condições para a construção da identidade e da autonomia, sua interação, socialização e ampliação progressiva do conhecimento demundo e preparação para a inclusão no ensino regular”. O propósito é o desenvolvimento da autonomia e a efetivação do processo de escolarização dos cegos. É inegável que o ensino regular apresenta falhas quando se trata de educação inclusiva, aumentando a necessidade de mais atendimentos complementares no CEEDV.

Categoria D- processo de escolarização da participante em sua atual escola.

O Centro de Ensino Fundamental em que a criança da presente pesquisa frequenta, é uma instituição de ensino voltada para a educação infantil fundamental (primeiro ao nono ano), localizada em uma Região Administrativa do Distrito Federal.

Além das instalações comuns a essa instituição, a escola possui uma sala de recursos multifuncionais voltada para o Atendimento Educacional Especializado (AEE) a criança entrevistada realiza aulas duas vezes por semana, para complementar o que lhe é ensinado dentro da sala de aula. Dentro da sala de recursos multifuncionais, há uma impressora especial para a transcrição de atividades escolares para o braille, além de um computador o qual a criança utiliza para aprender a digitar utilizando um programa denominado DosVox e um *soroban*, um instrumento inspirado no ábaco utilizado para aprender operações matemáticas básicas.

Segundo relatado nas entrevistas, a participante não tem dificuldades em acompanhar o conteúdo lecionado em sala oralmente, desde que os materiais utilizados em sala sejam adaptados para sua condição física. Em se tratando da socialização, a criança não apresenta dificuldade em fazer amizades na escola e seus colegas por sua vez, sempre foram muito receptivos e acolhedores com ela. Seguem relatos das professoras:

“(...) No caso da A, ela não depende de adequação de conteúdo. Ela acompanha normalmente o conteúdo da sala de aula, o que ela precisa é adaptação do material de sala de aula pro braille, como os mapas de geografia, é nesses casos que ela precisa de uma adaptação diferenciada de alto relevo para que ela possa identificar, inclusive ela tem uma coleção que nós conseguimos de livros ano passado, ela tem o mesmo livro que os outros alunos, só que em braille.” (Professora)

“Os colegas, eles são muito receptivos e acolhedores mesmo, entende? Então, tanto meninas quanto os meninos, eles têm essa questão de tá sempre junto... Passeios que a gente faz fora da escola que ela está presente, é igual, assim, com todos. É de mãos dadas, é brincando... As meninas tão sempre puxando ela, e os meninos também, então tem essa inclusão mesmo com ela.” (Professora da escola)

França-Freitas e Gil (2012), ao conduzirem um estudo para comparar as diferenças entre o processo de socialização de crianças deficientes visuais e crianças videntes, concluíram que a presença da deficiência não é necessariamente um entrave para o desenvolvimento, desde que provida de estimulação e de um ambiente rico em experiências, a criança desenvolverá de forma saudável e singular. Esta informação corrobora o relato acima, pois ao entrevistar as professoras tanto da sala de aula regular quanto da sala de recursos, ambas afirmaram que a criança não demonstra dificuldades de aprendizado ou socialização, e que acompanha as aulas normalmente.

Considerações finais

A educação é um direito básico garantido a todas as pessoas pela Declaração de Direitos Universais da ONU imprescindível que todas as escolas ofereçam serviços de qualidade alternativas, os quais visam enriquecer o processo de ensino e aprendizagem da criança. Este processo não é igual para todas as crianças por uma série de fatores, sejam eles relacionados ao meio social ou à singularidade própria do ser humano.

Os dados coletados na pesquisa corroboraram o referencial teórico apresentado anteriormente, a interação da criança deficiente em diferentes espaços sociais e o incentivo ao convívio com as demais crianças se reafirmaram como elementos cruciais para seu desenvolvimento. As professoras de ambas as instituições afirmaram que a participante desta pesquisa não apresentava dificuldades significativas em seu processo de aprendizagem escolar e de socialização.

Além disso, foi relatado em entrevistas que a criança participa das atividades em grupo tanto no CEEDV quando na escola. Ela se adaptou bem ao *braille* e se mostrava colaborativa com as explicações dadas em sala de aula, apesar da falta de alguns recursos, como por exemplo, a ausência de placas escritas em *braille* e sua colocação em lugares incorretos e pouco acessíveis.

Sendo assim, foi possível confirmar que o trabalho realizado com a participante no CEEDV contribuiu significativamente com o seu processo de escolarização. Contudo, refuta-se parcialmente a hipótese inicial de que a criança teria dificuldades de adaptação no ensino regular. No entanto, vale ressaltar que este estudo de caso não reflete a realidade da educação de todas as crianças deficientes visuais inseridas no ambiente escolar.

Referências

COSTA, Marina Teixeira Mendes de Souza; ABREU, Fabrício Santos Dias de; SILVA, Daniele Nunes Henrique Silva. Crianças com deficiência visual e suas atividades criadoras: contribuições da perspectiva histórico-cultural. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25.

Equipe da Secretaria DE EDUCAÇÃO ESPECIAL / MEC. POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA. [s.l.: s.n.], 2008. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf>>.

FRANÇA-FREITAS, Maria Luiza Pontes de; GIL, Maria Stella Coutinho de Alcântara. O Desenvolvimento de Crianças Cegas e de Crianças Videntes. **Revista Brasileira Educação Especial**, Marília, v. 18, n. 3, p. 507-526, Jul.-Set., 2012
<https://www.scielo.br/j/rbee/a/TWN7qHFjwZmjjPztCNHTVk/?format=pdf>

FUHR, Ingrid Lilian. Reflexões sobre o Processo de Escolarização de crianças com deficiência visual à luz da Teoria Histórico-Cultural de Vigotski. **O chão de terra firme em que nos movemos: a teoria histórico-cultural e a cegueira**. 1 ed. Rio de Janeiro: , 2023, v. 1, p. 140-1150.

GARCIA, Fabiane Maia; BRAZ, Aissa Thamy Alencar Mendez. **Deficiência visual: caminhos legais e teóricos da escola inclusiva**. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40362020002802399>>

GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL, SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO, COORDENAÇÃO REGIONAL DE ENSINO PLANO PILOTO E CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE DEFICIENTES VISUAIS. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO CENTRO DE ENSINO ESPECIAL DE DEFICIENTES VISUAIS – CEEDV**. [s.l.: s.n.], 2022. Disponível em:

<<file:///C:/Users/Cliente/Downloads/PPP%20CEEDV%202022.pdf>>.

MAZZARINO, Jane Márcia; FALKENBACH, Atos; RISSI, Simone. **Acessibilidade e inclusão de uma aluna com deficiência visual na escola e na educação física**. *Revista Brasileira de Ciências do Esporte*, v. 33, n. 1, p. 87–102, 2011. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/s0101-32892011000100006>>.

Montilha, Rita de Cassia Ietto *et al.* Percepções de escolares com deficiência visual em relação ao seu processo de escolarização. **Psicologia Escolar e Educacional**. 2021, v. 25

VILARONGA, Carla Ariela Rios; CAIADO, Katia Regina Moreno. Processos de escolarização de pessoas com deficiência visual. **Revista Brasileira de Educação especial**, v. 19, n. 1, p. 61–78, 2013. Disponível em:

<<https://www.scielo.br/j/rbee/a/y7MKpNvwWVBKzf5YDJDnkk/?lang=pt&format=html>>. Acesso em: 4 dez. 2022.